



Ata nº 361 Às quatorze horas do primeiro dia de junho de 2025 aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS na sala de reuniões da Assistência Social Leão XIII - 3º andar - Galeria Martins - Centro. Iniciou-se a reunião com saudações dada pela conselheira Presidente, representante da SEMCAS, Daiana Ribeiro. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras. Titular SEMCAS: 1 Zeniara Deggerone Tognon, 2 Carina Tramontina Corrêa; 3 Lilian Pfluck; Titular Cáritas Simone Zanetti, Titular NUCRESS: Denise Rossetto, Titular ADCSPF: Ana Cristina Vilas Boas, Suplente AEA Tuany Rodrigues, Titular APACE Marcela Duarte, Titular Obra Social São Vicente: Taíse Grasielle de Oliveira Andrade; Titular CRP: Tatiane Pereira Fontana, Titular Fundação Lucas Araujo: Liamara Ferreira Gonçalves; e demais participantes. **1 Aprovação da Ata:** A ata nº 360 foi aprovada, com a mudança no texto que informa o local de realização da plenária, sendo substituído pelo texto: “Associação Educativa Agostini – Centro Juvenil Mericiano (Cejume), Rua Sergipe, nº 122, bairro São José.” **2. Informes da Presidência do CMAS:** Daiana comenta sobre a XV Conferência Municipal de Assistência Social, comentando sobre a importância e agradecendo a todos que participaram ativamente da construção e realização deste evento. Fala ainda que os resultados da Conferência estão em desenvolvimento e serão entregues em relatório para o CEAS até o dia 20 de agosto. Assim, Daiana abre espaço para que todos os presentes que participaram da Conferência possam explicitar avaliações, opiniões e observações sobre evento. Os conselheiros iniciaram comentando sobre a acústica do local, o CTG Lalau Miranda, que dificultava a devida escuta das falas, além do fato de que, no dia 17 de junho, a forte chuva atrapalhou ainda mais nesta questão. Não obstante, a dificuldade da acústica e as conversas paralelas atrapalharam na realização da votação e escolha das propostas, sendo necessário que, em próximas conferências, se divida os Grupos Temáticos em suas respectivas câmaras, para facilitar o debate. Além disso, fala-se que os banheiros do local não possuíam acessibilidade, e que isso era extremamente grave, considerando que a necessidade de inclusão e participação social foi uma das pautas de debate da Conferência. Daiana comenta que infelizmente poucos conselheiros sugeriram locais para a realização do evento, e que o CTG Lalau foi um dos escolhidos entre diversas outras escassas possibilidades, pois este haveria mais acessibilidade que os outros. Outros conselheiros comentaram que se devia focar na disponibilização de transporte, para garantir o máximo de participação social possível de todos os grupos. Apesar dessas dificuldades e entraves, os presentes elogiaram e forneceram avaliações majoritariamente positivas sobre a realização, a organização e a maneira como ocorreu a Conferência. Conselheiros comentaram que as exposições e as apresentações do público atendido pelas entidades foram muito lindas e emocionantes, conseguindo demonstrar bem as ações feitas na garantia de direitos dentro da política de assistência social. Também foi dito que a acessibilidade foi devidamente garantida, apesar de possíveis entraves, comentando-se que esta Conferência foi uma das que mais garantiu este direito às pessoas. Além disso, elogiou-se a organização das palestras que ocorreram no dia 17/06 pela parte da manhã, mencionando-se que a compreensão da temática de cada Eixo ocorreu da melhor forma possível, facilitando o debate das proposições. Daiana agradece as avaliações e comenta que todas essas opiniões serão levadas em consideração para a realização de uma próxima Conferência com maior qualidade, acessibilidade e eficácia para todos. Prosseguindo, Daiana comenta que foi recebido um ofício do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome constando que os repasses do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD-PBF não estão sendo investidos devidamente, havendo o risco do valor retornar inutilizado para os cofres públicos. Comenta-se que a gestão precisa ter mais transparência no que tange à utilização desses

recursos, necessitando que se haja uma cobrança por parte do CMAS a estes órgãos, de modo que eles sejam utilizados devidamente. Daiana comenta que, no dia 28 de julho, haverá a etapa gaúcha do projeto FNAS pelo Brasil. A iniciativa é promovida pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), através do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), levando encontros de formação e apoio técnico a diversos estados e municípios do país. O evento ocorrerá no dia 28 de julho, no Salão de Atos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre. Daiana solicita que as inscrições irão até o dia 18 de julho, e que os conselheiros interessados devem se manifestar e entrar em contato com ela.

3. Informes da Secretaria de Assistência Social: Lilian informa que está sendo realizada a revisão da Lei Nº 5294/2017, a Lei do SUAS, e que os trâmites para que a modificação da Lei ocorra serão tomados nas próximas semanas.

4. Relato e encaminhamento das comissões: Lilian, da **Comissão de Normas e Política de Assistência Social** expõe que todas os Planos de Ação e Relatórios de Atividade enviados pelas entidades foram analisados, com pedido de readequação àqueles que não foram deferidos a princípio. Ademais, explica que o pedido de inscrição do Esporte Clube Vila Nova foi indeferido, porque ele não é totalmente gratuito. Após o mês de agosto, Lilian informa que os Atestados de Funcionamento serão enviados para cada entidade. Zeniara, da **Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social**, informa que a comissão se reuniu para analisar os Saldos de recursos do FNAS e do FEAS, havendo nenhum gasto, porque Jorge, Contador, informou que as despesas das compras começaram a ser debitadas em abril. Informa que, na reunião, houve a participação da CAP Marli Milkiewicz que explicou sobre a nova Lei de licitação nº 14.133/21, que estabelece novas regras para compras e contratação pública no Brasil, substituindo a antiga Lei nº 8.666/93. Marli relatou que as compras seguem um calendário a ser respeitado, então segundo ela a previsão deverá ser realizada até junho e novembro, onde se encerra o calendário de compras. Cada Secretaria da Prefeitura fica responsável por determinados produtos, evitando assim, que cada setor necessite fazer licitação. A nova Lei prevê que seja gasto pela SEMCAS, sem licitação, o valor de R\$ 60.000,00 por ano. Informou ainda que o orçamento do Município para o Exercício de 2025 gira em torno de R\$48.000.000 milhões. Zeniara comenta que, para esse ano também já está em vigor o novo modelo de Prestação de Contas BBB Ágil através do Banco do Brasil, onde cada nota que entra com pedido de compras já pode ser debitada no sistema em tempo real. Assim, as contas do Município e do Estado entram no Sistema Agiliza SUAS, sistema este que ainda não está funcionando direito, e que a cada fim de exercício passará pelo Conselho para aprovação da mesma.

5. Assuntos Gerais: Lilian comenta que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) está ativo em várias escolas de Passo Fundo, e fornece aos interessados uma lista com todas as escolas do município que oferecem esta modalidade. Sem mais nada a declarar, eu Mauricio Zanoni, Secretário Executivo, encerro a presente ata que será assinada por mim e por todos no Caderno de Presenças do CMAS.